

O que precisa ser feito para mudar a vida do povo!

Proposta do MST, da Via Campesina e do Movimentos Sociais ao Governo Lula

**no meio rural, na agricultura camponesa
e na reforma agrária**

DOCUMENTO A SER ENTREGUE PELA MARCHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA AOS TRÉS PODERES EM BRASÍLIA

- 1- Cumprir a meta de assentar 430 mil famílias sem terra, até final do mandato, conforme prometido no Plano Nacional de Reforma Agrária.
- 2- Implementar um programa de instalação de agroindústrias nos assentamentos e de crédito especial para reforma agrária.
- 3- Defender a Amazônia e a biodiversidade brasileira contra os interesses das transnacionais e impedir o processo de privatização da água.
- 4- Garantir o princípio da precaução e impedir a liberação do plantio comercial de qualquer semente transgênica, antes que se tenha pesquisa de suas conseqüências para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.
- 5- Punir exemplarmente todos os fazendeiros responsáveis pela violência contra os trabalhadores. Federalizar o julgamento dos processos de assassinato. Aprovar imediatamente a lei de expropriação das fazendas com trabalho escravo.

6- Demarcar imediatamente todas as áreas indígenas, conforme determina a constituição, apoiar e valorizar a cultura dos povos indígenas. Regularmentar todas as terras quilombolas.

POLÍTICA ECONÔMICA

7- Aplicar os 60 bilhões de reais do superávit primário anual, que é dinheiro do povo recolhido nos impostos, para investimentos que gerem emprego para todos. Aplicar em moradia popular, saúde pública e em EDUCAÇÃO gratuita para todos jovens. Implementar programas para erradicar o analfabetismo em nossa sociedade.

8- Baixar as taxas de juros real (Selic) para o mesmo nível praticado dos Estados Unidos e dos países vizinhos como Venezuela e Argentina, ou seja, 2,5% ao ano, e não os 19,5% cobrados agora, que só dão lucro aos bancos.

9- Dobrar o valor real do salário mínimo e o valor da aposentadoria para 454 reais mensais, em maio de 2005, e 566 reais em maio de 2006, visando distribuir a renda e melhorar as condições de vida dos mais pobres. Honrando o compromisso assumido pelo governo de dobrar o poder de compra do salário durante seu mandato.

10- Recuperar o controle governamental e público sobre o Banco Central e sobre a política monetária. Impedir a autonomia do banco, como querem e estão fazendo os banqueiros e o FMI.

11- Não assinar o acordo da ALCA. Não aceitar regras da OMC que afetem a economia brasileira. Manter apenas acordos comerciais que possam beneficiar o povo.

12- Realizar uma Auditoria Pública da dívida externa, como determina a Constituição. E renegociar seu valor, pois já pagamos diversas vezes. E usar esses recursos em educação, conforme proposta da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Renegociar a dívida pública interna, alongando seu pagamento sem prejudicar o orçamento da União.

POLÍTICA EM GERAL

13- Mobilizar as bancadas no Congresso Nacional para aprovar a regulamentação do Plebiscito Popular, projeto de lei (nr.4718/2004) apresentado pela Ordem dos advogados do Brasil (OAB) e Conferência dos Bispos do Brasil

(CNBB). Para que o povo possa decidir sobre as questões fundamentais que lhe dizem respeito.

14- Democratizar o uso dos meios de comunicação de massa no país. Rever as concessões políticas e liberar o uso das rádios e tevês comunitárias.

15- Condenar em todos os organismos internacionais a política de guerra e de violação de direitos humanos do governo Bush, exigindo a retirada das tropas estadunidenses do Iraque. Retirar imediatamente as tropas brasileiras do Haiti.

16- Promover um verdadeiro mutirão nacional, debatendo junto à sociedade, um projeto de desenvolvimento nacional, que garanta soberania nacional, defina como prioridade a garantia de trabalho para todos, o combate da desigualdade social e uma verdadeira democracia política.

Comunicado del Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora de Venezuela

14 de enero de 2005

El salto adelante es el Poder Popular - revolución agraria ahora!

En esta nueva etapa revolucionaria el proceso debe dejar a un lado las prácticas que se han convertido en obstáculo para el desarrollo de una revolución agraria que cambie radicalmente el viejo modelo de desarrollo capitalista dependiente; estas han sido la ineficacia, la burocracia, la corrupción, el boicot y sabotaje a las cooperativas; la poca disposición de las instituciones agrarias para viabilizar la revolución en el campo, tal como lo plantea el Comandante Chávez.

Es fundamental desarrollar la lucha ideológica y política, poner un alto a:

- 1- Los desalojos y poca validez legal de las cartas agrarias.
- 2- El Sicariato que lleva consigo a más de 100 dirigentes campesinos, al que se le suma el caso del campesino Alejandro Márquez de la Fuerza Bolivariana de Campesinos (FBC) asesinado vilmente en Barinas el 30 de diciembre de 2004.
- 3- El sabotaje contra las cooperativas y pequeños productores en el actual Plan de Siembra por parte del Ministerio de Agricultura y Tierras (MAT), del Fondo de Desarrollo Agropecuario, Pesquero, Forestal y Afines (FONDAFA) y Agroisleña quienes entregaron semilla dañada y transgénica en muchas par-

tes del país como el Estado Guarico cuyo resultado es la catástrofe agrícola en contraste con las ingentes ganancias y privilegios que tienen los grandes empresarios agrícolas.

4- Alto a la represión y tortura desatada por el Teatro de Operaciones N° 1 ubicado en Guasdalito, Estado Apure, al mando del General Oswaldo Bracho, contra el movimiento campesino, cuyo resultado son 7 campesinos presos, un muerto y varios torturados. Nos preguntamos a quién obedece esa política, si la Fuerza Armada Nacional (FAN) la comparte o no.

A 145 años del asesinato del General del pueblo soberano, el Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora plantea lo siguiente:

- Construir un programa de lucha que nos permita coordinar las acciones con carácter nacional. Generar un plan de movilización.
- Asumir la lucha contra el latifundio y levantar la propuesta Tierra ocupada Tierra trabajada.
- Impulsar la profundización de la Ley de Tierras y Desarrollo Agrario.
- Solicitar a gobernadores y alcaldes y a la comisión presidencial contra el latifundio participación concreta del movimiento campesino en las políticas a implementar.
- Asumir el desarrollo de la construcción del nuevo modelo productivo o modelo de desarrollo endógeno.
- Construir las brigadas de defensa campesina dentro de la nueva doctrina de seguridad y defensa de la nación.

Las cooperativas en un nivel superior de desarrollo deben convertirse en empresas de propiedad social. No al abandono de las cooperativas y su producción.

Que las cartas agrarias se conviertan en títulos de propiedad colectiva.

Diálogo directo con el presidente.